

“Usando máscara e fazendo vista grossa”: a agricultura ecológica e sua dimensão moral

Valer Lúcio de Oliveira¹

A análise desenvolvida neste artigo busca problematizar as relações estabelecidas em uma determinada localidade rural marcada pela presença de associações de agricultores ecologistas e pela atuação de uma ONG que desenvolve a agricultura ecológica e contribui na organização destes agricultores. Apoiado especialmente no conceito de comunidade moral pretende-se aqui compreender os efeitos sociais engendrados por essas organizações ao se estabelecerem em tal meio social. Também serão apontadas evidências empíricas que conduzem à identificação de um processo de disciplinamento que se verifica a partir da constituição de um discurso ecologista desenvolvido, em grande medida, pelos mediadores sociais e incorporado/adaptado pelos agricultores ecologistas.

Agricultura Ecológica; Comunidade Moral; Disciplinamento.

1 Introdução

Pretende-se, neste artigo, explorar e problematizar as relações verificadas em uma determinada localidade rural especialmente no que se refere à presença em tal meio de agricultores ecologistas e mediadores sociais vinculados a uma ONG². O problema sociológico que motiva essas

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorando pelo CPDA/UFRRJ. valterlu@yahoo.com.br

² Mediador social é um conceito analítico utilizado para compreender o papel que desempenha aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais, transcodificando e codificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele ligados. Neste arti-

análises é a tentativa de compreender os efeitos sociais que a presença de agricultores que buscam se distinguir a partir do título de ecologistas produz em um meio social no qual predomina uma agricultura chamada convencional³. As análises aqui desenvolvidas terão como referência empírica um conjunto de informações obtido por ocasião da pesquisa realizada entre os meses de junho e setembro de 2003 em uma determinada região do Rio Grande do Sul⁴.

Cabe ressaltar que o recorte empírico realizado para o desenvolvimento do trabalho de campo esteve limitado por algumas características pertinentes – à época – para contemplar os objetivos delineados originalmente. Nesse sentido, o próprio conceito de comunidade esteve ausente do olhar que guiou a coleta de informações naquela ocasião, quando o principal interesse de pesquisa se concentrou na relação estabelecida entre os agricultores ecologistas, que estavam organizados em uma associação, e os mediadores sociais vinculados a uma ONG. Estes mediadores desenvolvem seus trabalhos no campo da agricultura ecológica e auxiliam na organização dos agricultores localizados em algumas regiões do Rio Grande do Sul. No entanto, de posse de um novo olhar teórico que guiará as análises deste trabalho, entende-se possível regressar a estas informações para perceber outros detalhes das relações estabelecidas por estes agricultores, visando, assim, interpretações que passaram despercebida ou mesmo para refinar as análises que já foram realizadas.

Optou-se por privilegiar as falas dos agricultores e mediadores entrevistados, de forma a perceber os elementos que auxiliam na compreensão do seu modo de vida e da relação que estabelecem na localidade em que residem. Por essa razão, como se perceberá, o recurso às citações é bastante recorrente ao longo do trabalho. Na primeira parte serão enfatizadas as relações sociais estabelecidas na localidade em questão e a in-

go, assumem este papel os profissionais vinculados à citada ONG. Sobre esse tema ver, dentre muitos outros, Neves (1997, 1998), Wolf (1971), Lascoumes (1994); outras referências podem ser encontradas em Oliveira (2004).

³ Convencional é o termo utilizado, normalmente pelos agricultores ecologistas, para designar um tipo de produção ou de agricultor que lança mão de produtos químicos sintetizados industrialmente.

⁴ Tal pesquisa deu origem à minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2004).

serção da associação de agricultores ecologistas neste meio. Na parte seguinte se evidenciará, com maior clareza, o caráter disciplinador da proposta contida no modo de ser agricultor ecologista e de fazer agricultura ecológica, bem como o papel dos mediadores sociais nessa dinâmica social.

2 Comunidade e associação de agricultores ecologistas: a dinâmica de uma interação

A dinâmica que se instaura em um determinado meio social está marcada por uma série de códigos, regras, normas, expectativas (“costumes em comum”) que informam o modo de vida dos indivíduos e os fazem se reconhecerem e serem reconhecidos enquanto participantes de uma comunidade: “relação social quando a atitude na ação social [...] inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo” (WEBER, 1973, p.140). É expressão bastante corrente no senso comum, portanto, de conteúdo diverso da sua conceitualização analítica, dizer-se fazer parte de uma determinada comunidade. Os agentes vinculados, de maneira especial, à Igreja católica constituem um exemplo bastante rico dessa constatação. Nesse caso é possível notar em suas falas sentidos diversos: geográfico, lugar de reunião religiosa, referência a uma capela, referência simbólica a um corpo social reunido em torno de referências comuns. O que interessa ser aqui acentuado é que a fronteira da comunidade não está definida apenas geograficamente. Para que os indivíduos se reconheçam e se constituam como comunidade é certo que deva existir a possibilidade do estabelecimento de relações diretas ou indiretas que, em alguma medida, limita-se geograficamente, mas o que dá consistência e orienta as relações sociais de uma comunidade é o seu substrato moral. Nesse sentido o conceito de *comunidade moral* proposto por Bailey (1971) se efetiva como um modelo teórico apropriado para se perceber os laços que vinculam certos indivíduos e famílias entre si. Neste caso, não é a proximidade física um fator primordial e sim os vínculos morais que os atam uns aos outros.

O que pode ser percebido é que o discurso estabelecido entre os agricultores ecologistas assume a forma de um discurso moral a partir do qual se conforma aquilo que conceitualmente denominamos comunidade mo-

ral. Como será mais bem explorado na seqüência, a construção desse discurso está bastante influenciada pela atuação do mediador social da ONG local. Ainda que formalmente os agricultores pesquisados formem parte de uma associação e este fato lhes imponha uma série de obrigações objetivas, o que também tem peso como elemento vinculador entre estes agricultores é a constituição subjetiva de uma moral que vai muito além dos limites formais da associação da qual fazem parte. Um elo importante, neste caso, são os mediadores desta e de outras ONGs que conformam uma rede de relações baseada nas afinidades de suas ações.

Assim, quando um agricultor toma como referência determinado grupo associativo, localizado em outra região, para reivindicar conquistas pragmáticas semelhantes (beneficiamento da produção, maior renda, acompanhamento técnico mais freqüente etc.) pressupõe-se a ocorrência de algum nível de relação e de vinculação. Ou seja, o que dá cimento a este vínculo, além do discurso moral da agricultura ecológica, é o reconhecimento de pertencerem a mesma comunidade moral. Veja, por exemplo, estes relatos de Celso, um jovem agricultor (20 anos) que trabalhava juntamente com seus pais na agricultura ecológica⁵, de Luiz, agrônomo (mais ou menos 40 anos) e há pelo menos 10 anos atuando na ONG referida, respectivamente:

Lá [na Serra] eles [os mediadores] estão... é que aqui [no Litoral] eles estão meio parados e lá parece que eles estão mais juntos com a turma lá... direto, estão mais junto com a turma lá na plantação dando força. Aqui até... olha, faz uma década que eu não vejo mais eles vindo aqui, é bem parado. Não dão mais uma força, não estão aí juntos. Lá não, parece que estão tudo juntos lá, os agrônomos estão direto com a turma (Celso, E07 – AE⁶).

⁵ Além do trabalho com a agricultura ecológica, Celso também trabalhava sazonalmente para outros agricultores convencionais, especialmente no cultivo de arroz irrigado. Soube-se recentemente que esta família abandonou a agricultura ecológica e Celso havia migrado para os EUA.

⁶ Código utilizado para identificar o entrevistado Entrevista 07 Agricultor Ecologista (E07-AE) ou Entrevista 02 Mediador Social (E02-MS).

[...] agora você vê eles insatisfeito porque estão ganhando pouco. Na hora em que você vai na casa deles e conversa com eles, eles estão... e tipo no final *nos* culpam, estão a 4, 5 a 10 anos e não conseguiram ganhar grana, entendeu. Esta crítica já chegou concretamente *para nós*: "por que que a *ONG* não consegue fazer com a gente aqui o que faz lá na serra, onde os agricultores estão ganhando dinheiro e aqui a gente não está?" ***E é verdade isto?*** É verdade, não sei se é *nossa* culpa, acho até que pode ser, mas é verdade que a nossa base na serra ganha mais grana que a nossa base no litoral (Luiz, E02 – MS⁷).

Estas falas fazem referência a duas localidades fisicamente bastante distantes uma da outra (aproximadamente 200 km), mas a ligação entre os agricultores ecologistas dessas regiões se dá pela mediação da ONG e pela mediação do discurso ecologista partilhado por eles. Menos do que determinar se o diagnóstico desse agricultor e desse mediador procede, o que parece se verificar neste posicionamento é o quanto a visão do agricultor está condicionada pela visão do outro. Ele se analisa e analisa o seu entorno conforme vê e é visto por aquele a quem se sente vinculado de alguma forma. Portanto, seria totalmente descabido buscar uma comparação com outros grupos sociais que não estivessem submetidos aos mesmos códigos e valores.

Tönnies (1973, p.96-97) chama a atenção para alguns elementos que caracterizam a comunidade e estabelece um paralelo entre este conceito e o de sociedade. No primeiro caso, se compreende a "relação e, conseqüentemente, a associação" como "uma vida real e orgânica" e no segundo como "uma representação virtual e mecânica". "Tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade". Interessante, nesse sentido, foi perceber na fala de Valdemar (56 anos), um agricultor que há 3,5 anos ingressara numa associação ecologista voltada majoritariamente para o comércio de banana ecológica, as evidências dessas características. Quando perguntado a

⁷ Expressões em negrito e itálico se referem ao questionamento do pesquisador, apenas em itálico indica pequenas alterações para omitir a identidade de quem fala ou do que e de quem se fala, sem alterar, obviamente, o sentido da frase.

respeito da sua participação em organizações, ele logo associou à idéia de comunidade:

O Senhor participou de alguma outra organização? Não, eu acho que era dessa associação, que é o lado financeiro da vida, eu vendia banana também para caminhoneiro⁸. O Sr. participa então da associação para ajudá-lo no comércio, no lado financeiro? É. Se bem que é bom viver, o povo viver em associação, a comunidade é uma das coisas que é muito bom, porque... mantém assim uma vida mais unida da família também. Eu até acho que quanto mais tivesse um ‘aconfiado’ na comunidade era melhor. A gente nota pelo andamento, porque é o princípio do povo é viver em sociedade (Valdemar - E14 – AE).

A relação que é percebida nessa fala entre associação, comunidade e família não é sem efeito. A família como instância primordial de sociabilidade é onde o indivíduo absorve os primeiros códigos de conduta a partir do qual se estabelece grande parte de sua visão de mundo. A comunidade é o seio acolhedor dessa família à qual também é imposto outro conjunto de normas sociais e onde as próprias normas familiares ganham sentido. A associação é um recorte que, da mesma forma, delimita as possibilidades de comportamento do associado. Mas no paralelo estabelecido por este agricultor está oculto o processo disciplinador ao qual ele está submetido. Esta perspectiva que apresenta a comunidade como um ambiente de relações harmoniosas, de segurança coletiva e sem conflitos é uma construção idealizada. É nesse sentido que Bailey (1971) sugere como título de seu artigo a expressão *Presente e Veneno*⁹. Ou seja, numa relação cotidiana estabelecida numa comunidade, a reciprocidade é reguladora das relações diádicas. Quando se oferece um “presente”

⁸ “Vender banana para caminhoneiro” é expressão corrente entre os agricultores da região e designa uma forma de comércio da banana convencional que é aquela em que um comprador circula de caminhão pela região e compra as caixas de bananas cultivadas pelos agricultores. Neste caso há uma série de exigências quanto à qualidade da banana (que normalmente se atinge em função do uso intenso de agroquímicos) e o preço varia conforme esta qualidade e de acordo com os períodos do ano.

⁹ Inspirado em Mauss que identificou que no idioma alemão a palavra “presente” é grafada da mesma forma que veneno (BAILEY, 1971, p.24).

espera-se do outro um gesto recíproco e este vínculo é alimentado por um sentimento moral compartilhado intersubjetivamente. Em certo sentido, é o mesmo que sugere Woortmann (1990, p.60):

Se a reciprocidade exige um outro para que possa haver a troca, ela supõe, também, a construção de um nós que se contrapõe a um outro – o estranho¹⁰. Esse nós é constituído por iguais em honra. Por isso, a reciprocidade se realiza no interior de um território que é também um estado de identidade.

Ainda que devam ser guardadas as especificidades óbvias, a relação teórica que aqui se está pretendendo construir entre a comunidade moral e a associação de agricultores ecologistas parece bastante pertinente. A associação de agricultores tem um estatuto reflexivamente bem definido, pois o que está em jogo é a própria imagem que externalizam como ecologistas; e isso tem implicações tanto simbólicas quanto materiais que podem impor sérios riscos à sobrevivência e reprodução do grupo. Porém, este processo faz criar uma série de normas que, ao se inserir no contexto da própria comunidade, se transfiguram e geram novos efeitos não premeditados e muitas vezes subvertem o estatuto formalmente definido. Veja este interessante relato de Pedro (42 anos) que há dois anos ingressou na associação de agricultores ecologistas:

Até o *seu Zé* aqui, houve... é a coisa mais triste que tem num grupo, tu muitas vezes tem que fazer a parte da comissão de ética. Ele andou comprando ‘na falsa’, comprando dos outros vizinhos e levando pra vender, fazendo de conta que era dele, e a gente fez vista grossa uma vez, fez vista grossa duas, fez vista grossa três, aí na quarta nós convoquemos uma reunião, “oh, a situação é assim, assim” daí ele quis negar, “nós temos tudo a parte” convoquemos outra reunião, convoquemos três reuniões, daí nós demos uma suspensão pra ele de 6 meses. Mas é ruim, dentro do grupo a

¹⁰ Em alguma medida, o outro para a identidade dos agricultores ecologistas pode ser os agricultores convencionais, mesmo que convivam na mesma comunidade e não se vejam como estranhos.

gente ter que... o próprio companheiro de trabalho, é triste... eu me senti tão ruim, é seu companheiro de trabalho, tu está convivendo com ele, e o pessoal da feira perguntando por ele e aí a gente tinha que inventar uma história “oh, a situação é assim, assim, ele está doente...” (...). É que entre nós não tinha problema nenhum, não fazia mal porque nós estava com falta de produto, “mas aí, o outro pessoal é ecológico”, “mas como é ecológico se ele comprou produto de mim que nem é ecológico?” Daí como é que fica a tua cara... tem que *usar uma máscara pra fazer vista grossa* e fazer de conta que não está vendo. É ruim esse lado aí (Pedro, E14 – AE).

Como se vê, a imposição de regras de conduta para ser aceito e reconhecido como agricultor ecologista fez ao mesmo tempo abalar as regras de conduta impostas pela comunidade. O mais difícil para este agricultor foi ter que avaliar um “próprio companheiro” que, antes de ser ecologista, era um “igual em honra”, pois era um trabalhador como ele e viviam ambos na mesma comunidade. Por essa razão, se fez “vista grossa” até o limite. O que estava em jogo era também a imagem do grupo perante os demais agricultores com os quais conviviam na mesma comunidade e para os quais aquele grupo se dizia e era aceito como ecologista. “Como é que fica a tua cara... tem que usar máscara...”, esta é a expressão de quem está imerso em um ambiente de constante vigilância e no qual todos partilham de uma reputação que deve ser preservada. Neste caso, além da identidade do grupo, estava em jogo a honra de quem se diz ser ecologista, mas sobre quem recai algum nível de suspeita.

Esta menção feita aos outros agricultores da comunidade expõe este sentimento de pertença que se explicita não apenas pela preservação de uma reputação valorativamente positiva, percebida conforme a visão construída pelo conjunto a partir dos códigos compartilhados. Para ser digno de uma reputação, seja ela boa ou ruim (de acordo com os parâmetros estabelecidos), é condição imprescindível pertencer e ser reconhecido como pertencente a esta comunidade moral. Portanto, a comunidade apenas poderá exercer o seu controle sobre um indivíduo que por sua vez se “sentirá” controlado, na medida em que todos compartilhem in-

tersubjetivamente dos códigos e normas previstos na conduta social. Nesse sentido,

a participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Desse modo, um grupo de agricultores que busca se diferenciar dos demais agricultores ostentando o título de ecologistas e promovendo um discurso no qual se dá destaque aos benefícios materiais e morais desta forma de produzir e de ser agricultor expõe, por exclusão, uma outra forma de ser e produzir – que não tem suas características colocadas em relevo por aqueles que a praticam, mas que é tomada como uma referência contrastante pelos que praticam a agricultura ecológica – que é referida pelos agricultores ecologista como *agricultura convencional*. Esta forma de fazer agricultura é a que tem maior predominância como meio de produção agrícola. Assim, as referências mútuas (ecológicas e convencionais) se orientam por estas diferenças e seus efeitos estão condicionados à dotação de poder de ambos os grupos. Isto não contradiz o fato, destacado anteriormente, de formarem parte da mesma comunidade moral, já que esta relação de poder só envolve e só tem sentido para aqueles que partilham os mesmos pressupostos dessa convivência. Não se nota entre os agricultores convencionais a força de um discurso unificado acerca de suas práticas – no sentido de colocar em relevo algumas características do sistema de produção adotado, visando, com isso, alcançar algum tipo de recompensa material ou simbólica, como é facilmente notado entre os agricultores ecologistas. Este discurso é construído pelos agricultores ecologistas como maneira mesmo de formarem e informarem sua própria identidade. Na dinâmica desse jogo seus “lançamentos” são verificados a todo o momento e isso quase nunca se dá de forma consciente, pois vigora entre estes agentes uma razão prática que orienta e dá sentido às suas ações¹¹. Nestas citações que se seguem – primei-

¹¹ Cf. Bourdieu (1996).

ramente de um casal (Marcos, 39 anos, e Raquel, 37 anos) pioneiro da associação, com um perfil de militantes de esquerda bastante evidente (antigos militantes da Pastoral da Juventude e atuais militantes do Partido dos Trabalhadores), e na seqüência um pequeno extrato de uma entrevista com Miguel (32 anos) há oito anos na agricultura ecológica – encontram-se evidências de tais lances:

Agora isso não tem um impacto na relação de vocês aqui na comunidade de maneira geral? Cria às vezes uma certa... depende de como é passado para a comunidade. Aqui no nosso núcleo mesmo teve uns problemas aí, no meio de semelhantes a gente abriu uma discussão até bastante grande, aí a pessoa dizia uma versão, aí tu escutava... eu tô por fora. Então a gente foi tirar a limpo isso e a pessoa passava isso pra comunidade, que nós estava sendo intransigente, que nós estava abusando da autoridade, mas isso foi solucionado¹². E com os demais agricultores, o fato de vocês trazerem o rótulo de ecologistas? {Com os vizinhos, tem problema de terra, onde divide a terra, a gente sem veneno e eles usam veneno num morro...} tudo pequena propriedade {a terra aqui é estreitinha...} E quando entra em negociação assim... É complicado. {Entre outras pessoas já foi superado assim, mas teve épocas que era assim, bem complicado.Chamava de crente, (...), quando nós começamos a assumir mesmo... o pessoal estava falando meio... abusando mesmo. O meu irmão lá usa bastante veneno, então ele reclamou que (a agricultura ecológica) era pouquinha coisa não dava pra viver daquilo, era complicado} Tinha até provocação, (...)usava umas críticas meia forte... “vocês são tudo uns doentes ecologistas”. Como se nós foi doutrinado e estava seguindo ali, mas não, nós estava seguindo uma proposta, ninguém foi doutrinado, nós temos uma proposta e estamos querendo levar adiante, a gente está sabendo onde quer chegar (Mar-

¹² Refere-se a um conflito interno referido também no relato de Pedro citado acima e do qual extraí parte do título desse artigo.

cos e Raquel, E11 – AE, entre chaves está a fala da esposa).

E aqui na comunidade, como é a convivência de vocês? Aqui, até tem muita gente que gosta de falar um pouco dessa agricultura ecológica aí, a gente deixa eles falar...*Mas eles falam mal?* Falam, mal. Falam que não tem futuro, muita gente fala que não tem futuro... parece que... a gente está fazendo uma coisa errada, que não está adiantando, a gente não dá bola pra eles, deixa eles que conversem sozinho. É chegar no bar ali, eles começam a falar, eu deixo eles conversando sozinho porque eles não estão entendendo bem como é que é as coisas (Miguel, E07 – AE).

Esta relação, esboçada nestas citações, explicita certas expressões que buscam estigmatizar o grupo de agricultores ecologistas a partir de brincadeiras, “gozação”, fofocas, difamação etc. Os agricultores ecologistas, por seu lado, tentam se consolidar enquanto um grupo coeso, utilizando argumentos de autoconvencimento que remetem a um compromisso com o meio ambiente, com a terra, com o consumidor, com a saúde etc. Estes últimos não conseguem impor os seus termos aos demais, mas estão convencidos de sua superioridade moral: “eu deixo eles conversando sozinho porque eles não estão entendendo bem como é que é as coisas”. Mas a preocupação acerca da imagem construída do grupo pela comunidade é, inclusive, motivo de conflitos internos à associação, como mencionado anteriormente: “Então a gente foi tirar a limpo isso e a pessoa passava isso pra *comunidade...*”.

Portanto, para se manterem unidos ao redor de certas normas, de maneira que se diferenciem e, sobretudo, sejam identificados como agricultores ecologistas, eles devem manter os laços que os vinculam à comunidade da qual fazem parte. É neste nível que as regras de convívio mais elementares conferem coesão aos indivíduos e as diferenças ali constituídas, ainda que possam receber rótulos estigmatizantes, quase nunca chegam a produzir um rompimento nos laços que os unem e, por isso mesmo, surtem o efeito de regulação das relações sociais. Como reafirmado pelo agricultor acima citado, “é tudo pequena propriedade”, o que conduz ao entendimento de que são semelhantes e, portanto, para além

de suas diferenças, podem falar e se reconhecerem a partir de referências unificadoras.

3 A agricultura ecológica como discurso moral

As relações de vizinhança também são explicitadas pelos agricultores ecologistas. Manter a boa convivência com o vizinho é um aspecto importante e, mesmo que expresse o desacordo em relação à sua forma de produzir baseada no uso do “veneno” e destaque o desejo de vê-lo praticando o mesmo tipo de agricultura que realiza, ele, antes de tudo, deve valorizar e preservar estas relações de vizinhança da maneira a mais harmoniosa possível:

Na sua relação com o seu vizinho que trabalha convencional, você percebe alguma mudança? (...) A gente conversa com eles, a relação é a mesma, só porque ele é convencional que eu não vou dizer que ele não vai mudar, que ele não sabe trabalhar... certo. Mas eu queria, e até converso com ele, que ele fosse ecológico, aí tem questões de mercado, um monte de coisas que ele coloca para gente. (...) Então é difícil você passar no vizinho e ver aquele veneno hoje... (...) Então tem vizinho que trabalham na agricultura que estão acabando com a agricultura mesmo. (...) no princípio quando comecei era difícil porque o pessoal tinha marcação mesmo. Mas hoje em dia muita gente estão aceitando e estão aceitando muito bem o jeito que a gente trabalha. Mas por que eles marcavam vocês? Não sei... é um trabalho diferente.... Aí eles não aceitavam pelo fato de ser diferente... É... (...) De um certo ponto para cá a gente percebeu: não, não, a gente não estamos fazendo uma coisa diferente, estamos fazendo um trabalho que os antigos faziam, que nós fazíamos antigamente. E produzia..., depois que entrou o veneno que está dificultoso, tá muito dificultoso (Antonio, E01 – AE).

Como destaca Marques (2002, p.52), “ser um bom vizinho consiste em dispor-se a toda ajuda necessária, evitando interferir no andamento da casa próxima, nas atividades e nos hábitos de todos aqueles que a habitam, mas que, no entanto, conhecem quase tão bem quanto os da sua própria”. Dessa forma, o fato de o agricultor citado ser ecologista não pode se constituir em um elemento que o afaste ou que gere conflitos com o seu vizinho que pratica uma agricultura convencional, como faz questão de acentuar: “a relação é a mesma”.

A referência ao “*diferente*” como um elemento definidor das ações de sanção da comunidade contra eles indica o sentimento de igualdade que deve prevalecer entre os vizinhos que compartilham dos mesmos valores estabelecidos em um espaço social. A partir do momento em que alguns agricultores passam a se destacar “*no meio de semelhantes*”, na medida em que se reconhecem e fazem ser reconhecidos como detentores do *status* de agricultores ecologistas, estão correndo o risco de serem “destacados” da comunidade, ou seja, lançados para fora desse universo de convívio e de reconhecimento moral. Portanto, o espaço destinado à diferença, como identificado na fala de Antonio, não pode se sobrepor ao vigor da igualdade. É emblemática, nesse sentido, a recuperação da história de seus antepassados para dar sentido às suas ações no presente e também para refutar o rótulo do “ser diferente”, afastando, assim, a justificativa de uma possível “exclusão”.

Também a referência às dificuldades presentes no começo da associação e na implementação da agricultura ecológica, no que diz respeito à aceitação pelos demais membros da comunidade, é evidência dessa dinâmica cotidiana que os mantém ligados uns aos outros e que não permite aceitar grandes mudanças individuais. Conforme Durkheim (1999, p.178) “se o indivíduo não é distinto do grupo, é porque a consciência individual quase não é distinta da consciência coletiva”. Assim, o grande desafio destes agricultores é compatibilizar a imprescindível necessidade, tanto interna quanto externamente à comunidade, de serem reconhecidos como diferentes – como praticantes de uma agricultura mais responsável – e, ao mesmo tempo, serem reconhecidos pelos seus “semelhantes” como semelhantes de fato, e assim se sentirem parte integrante da mesma comunidade moral. Antonio considera que este desafio foi superado: “no princípio quando comecei era difícil porque o pessoal tinha marcação

mesmo. Mas hoje em dia muita gente estão aceitando e estão aceitando muito bem o jeito que a gente trabalha”.

Além das relações dotadas de sentidos que estão circunscritas pela comunidade e pela vizinhança, também as relações de parentesco orientam discursos e ações. Muitos agricultores, quando perguntados sobre a relação com os demais agricultores, conduzem as suas respostas para uma abordagem familiar da questão. Ou seja, mais do que se submeter às normas da comunidade, o que está em jogo, neste caso, é a própria relação física e moral com os parentes. Valéria, uma jovem agricultora que encarna o perfil daquele militante mais ativo, que por um certo tempo esteve ligada a várias organizações (igreja, partido, movimentos sociais) e ainda adolescente impulsionou a origem da associação da qual continua a fazer parte – apesar de seu ímpeto de militante estar menos evidente à época dessa entrevista –, destaca os dilemas da relação que tem com pessoas de sua família:

Como é a sua relação com os agricultores convencionais? Eu não posso dizer que eles são meus inimigos (risos), porque existe uma relação pessoal, não só esta questão de produzir ecologicamente. Por exemplo, eu tenho irmãos na família que são produtores convencionais, então... Eu tenho assim algumas pessoas que eu quase que abomino, porque são pessoas que têm consciência de que os agrotóxicos fazem mal, mas não estão nem aí pra isso, é mais ou menos isso. Não sei se você percebeu que aqui atrás de casa tem uma prós-várzea¹³ que plantam arroz, aquele pré-germinado, eles usam horrores de veneno. Aí teve uma época que o meu pai passou muito mal, porque a gente pescou na sanga e pegou um peixe contaminado e ele quase morreu. Aí a gente fez um abaixo-assinado, entrou em contato com a Emater, iii!!!, fez um monte de coisa e não deu em nada, o problema é que ele era meu tio. Então são problemas assim, que a gente não pode... é contra, mas também não pode fazer nada pra impe-

¹³ Programa governamental de apoio à produção em áreas de várzea. A expressão prós-várzea se tornou o nome dado a uma área cultivada com arroz irrigado, mesmo que não tenha recebido um apoio distintivo do governo.

dir, porque infelizmente é livre, né (Valéria, E15 – AE).

É interessante notar, nesta fala, a sua preocupação com relação aos seus parentes. Apesar de sua posição incisivamente contrária ao uso de veneno na agricultura, ela não quer ver a convivência com seus parentes comprometida em função do tipo de agricultura que praticam. Mesmo a tentativa de exercer um certo controle em relação ao uso do veneno por parte do agricultor referido assume uma dimensão diferenciada e ampliada devido ao fato de ser o tio da entrevistada. O compromisso moral que existe neste caso é regido por uma lógica diferente daquela aplicada a outro vizinho qualquer. Valéria demonstra um certo constrangimento por não conseguir convencer nem mesmo seus irmãos a seguir o seu exemplo. E, ao mesmo tempo, deixa pressuposto um limite moral para exercer tal influência. Em alguma medida, o peso moral e a hierarquia relativa ao parentesco impõem uma necessária cautela na forma de abordar o problema de envenenamento diagnosticado. Mesmo que tenham feito o que fizeram, visando impor restrições ao referido agricultor, a conclusão que enfatiza o seu grau de parentesco com esta pessoa – “o problema é que ele era meu tio” – parece expressar os limites a uma ação de controle e punição. Mesmo contrariada, deve-se evitar interferir no andamento das atividades de seus familiares.

Outra constatação interessante que pode ser depreendida da fala desta agricultora é o sentimento de que eles, os agricultores ecologistas, estão submetidos a um tipo de discurso e normas de comportamento que os fazem se perceberem aprisionados a este modo de vida: “mas também (a gente) não pode fazer nada pra impedir, porque infelizmente é livre, né”. O sentimento, expresso nesta frase, remete a uma situação comentada anteriormente, na qual se abordou o constrangimento de um agricultor ecologista ao se ver obrigado a repreender outro agricultor ecologista, pois este havia transgredido as regras da agricultura ecológica e da associação à qual pertencia. Para os agricultores ecologistas a liberdade de ação está limitada por uma série de normas, o que significa que a irregularidade identificada junto à prática do tio desta entrevistada encontraria uma punição imediata, caso ele não fosse “livre” (leia-se agricultor ecologista). Esta ausência de liberdade é potencializada pela proximidade física entre estes agricultores, que é possibilitada pela vivência em

comunidade. Tal configuração permite uma constante “vigilância” entre todos, o que leva a um “disciplinamento” que, por sua vez, se reproduz em “autovigilância” e “autodisciplinamento”¹⁴. Com esta outra citação tal análise se nutre de evidências ainda mais contundentes:

Já convidei assim, ó... esse meu cunhado que esteve aqui agora... já convidei ele várias vezes, ele disse que não entra porque o cara tem que seguir muito na linha, o cara não se sente livre, tu tem que ir em reunião, tem que participar de assembléia, tu tem que... então ele acha que não, trabalhar em grupo não dá certo, ele não tem uma consciência ainda correta pra trabalhar em grupo. (...) *Então não há nenhuma dificuldade do ponto de vista tecnológico assim...?* Não, técnico eu diria assim, que ele tem vindo aqui até, buscar remédio que eu faço, emulsão pras lavouras (...) ele se cuida muito pra não botar veneno, tem bastante consciência. O trabalho dele só não é 100% ecológico (...) porque ele ainda está livre, ele não se preocupa... tem a clientela dele na feira, (...) não são aquele pessoal de dizer “não, eu só compro se for ecológico”. Mas imagino que cedo ou mais tarde esse povo com certeza vão optar por um produto natural e aí quem sabe se ele muda 100%. *Então pra ser ecologista precisa ter essa consciência de grupo?* Tem que ter, esse é um fator que eu diria quase principal, porque trabalhar ecologicamente... eu acho que todas as pessoas têm que ser representadas por um grupo, por uma entidade (...) (E11 – AE).

Assim, o tipo de vinculação que está estabelecido na associação de agricultores ecologistas reproduz, com base em outros termos, a estrutura social pouco flexível da comunidade. Mas, vale acentuar que entre os agricultores ecologistas ganha grande ênfase a forte influência dos mediadores vinculados à ONG que têm por responsabilidade lhes oferecer assistência organizativa e produtiva, especialmente no que se refere à estruturação das normas de conduta que devem ser adotadas por eles.

¹⁴ Estas noções são inspiradas em Foucault (1977)

Em outros níveis, outros mediadores de outras organizações também ocupam papel relevante no plano mais geral da comunidade. Atuam na promoção de vínculos com outros espaços sociais, decodificando e codificando informações, estabelecendo disputas e assumindo posições no jogo social que se desenrola na comunidade e que dá forma e informa sobre a realidade cotidiana. Conforme Wolf (2003, p.88), são estes mediadores que “controlam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo”.

Especialmente no caso dos agricultores ecologistas, foram os mediadores que exerceram grande influência na instituição deste discurso que agora se percebe bem incorporado pelos agricultores. Este processo também esteve fundamentado em estratégias (inconscientes) de disciplinamento que tinham por base levar, juntamente com a formação e informação, a punição. Portanto, o processo de construção de uma forma diferenciada de se fazer agricultura também fez construir um novo sujeito que agora pensa com relação a si mesmo e aos outros de acordo com esta estrutura cognitiva que conforma a sua visão de mundo.

4 Conclusão

Concluindo estas análises, deve-se acentuar que a convivência entre o grupo de agricultores ecologistas organizados em uma associação e os demais agricultores, todos residentes em uma comunidade rural, está eivada de conflitos, relações de poder e jogos de interesse, o que impõe o estabelecimento de ajustes cotidianos. Muitos agentes tomam parte desse jogo social visando aos lucros materiais e simbólicos e, especialmente no caso dos agricultores ecologistas, precisam desenvolver um posicionamento caracterizado por uma certa ambigüidade, pois para ser o que são precisam eleger, como mencionou uma agricultora, um “inimigo” que dará sentido à sua identidade. Mas, ao mesmo tempo, este inimigo pode ser também o seu semelhante no plano ampliado da comunidade. Disso se depreende, concordando com Hall (1998, p.13), que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Assim, quando um grupo de agricultores ecologistas busca gerar os elementos materiais e simbólicos (de forma consciente ou, mais freqüentemente, inconsciente) com vista a fazer reconhecê-los como tal, o que está em

jogo é um processo dinâmico, multifacetado e complexo, no qual sempre se estará evidenciando os elementos convenientes, ocultando os inconvenientes, aceitando alguns rótulos, recusando outros, se ajustando a certas exigências e se envolvendo em disputas internas e externas que servirão para atribuir forma ou, mesmo, uma reforma ao grupo e sua identidade. Só assim é possível se ajustar à dinâmica social à qual se está submetida na comunidade, mantendo e seguindo as normas que os diferenciam.

5 Referências

- BAILEY, F. G. *Gifts and poison: the politics of reputation*. Oxford Brasil Blackwll, 1971.
- BOURDIEU, P. A economia dos bens simbólicos In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, pp.157-194.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29 ed., Petrópolis: Vozes, 1977.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- LASCOUMES, P. *L'Éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994, p. 07-33.
- MARQUES, A. C. *Intrigas e questões*. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- OLIVEIRA, V. L. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (org.) *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973, pp.96-116.
- WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (org.) *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973, pp.140-143.

WOLF, E. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: *Antropologia e poder*. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Artigo recebido para publicação em:

22 de maio de 2007.

Artigo aceito para publicação em:

15 de agosto de 2007.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, V.L. “Usando máscara e fazendo vista grossa”: a agricultura ecológica e sua dimensão moral. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 32-52, jan.-jun. 2008.